



## **A investigação fundamental na História do Douro e do Vinho do Porto** – algumas linhas de rumo

A n t ó n i o   B a r r o s   C a r d o s o \*

O Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto – GEHVID, tem desenvolvido de forma contínua a sua actividade desde 1994. A investigação fundamental que tem levado a efeito plasmou em textos diversos, resultantes de teses de mestrado e de doutoramento, bem como nas muitas conferências públicas que os seus membros têm proferido. As páginas da revista “Douro-Estudos & Documentos”, órgão de expressão oficial do grupo espelham igualmente o trabalho desenvolvido. Sem receio de exagero, podemos dizer que, apesar de alguns percalços, esta unidade de Investigação inserida na rede nacional de investigação científica da Fundação para a Ciência e a Tecnologia – FCT, tem mostrado grande vitalidade e, com frequência, exhibe as virtualidades da união entre todos os seus membros, fomentada pelo gosto de conhecer mais profundamente a Região que elegeram como objecto de estudo – O Douro – entendendo-se aqui todo o vale banhado pelo rio com o mesmo nome, desde a fronteira com Espanha, até à foz no Porto.

Ao atingirmos quinze anos de actividade, importa-nos deixar aqui notícia dos mais relevantes resultados entretanto alcançados e ao mesmo tempo apontar linhas de rumo que entendemos podem ser seguidas pela investigação fundamental sobre a história da Região do Douro, dos seus vinhos e do impacto do seu comércio na cidade do Porto, urbe que os tornou conhecidos por todo o mundo.

---

\* Professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Coordenador Científico do GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura e do Vinho do Porto.

## Um pouco de História

O GEHVID, no início da sua actividade (1994) votou desde logo grande preocupação ao levantamento bibliográfico e de fontes manuscritas de importância mais relevante. Assim o exigiu o rigor da investigação científica a desenvolver e com isso nasceu um núcleo bibliográfico-documental que tem sido sucessivamente valorizado com o recurso à aquisição de novos livros (incluindo um naipe significativo de livros antigos e raros) mas também dinamizado em função de uma estratégia de permutas com as suas publicações periódicas e não periódicas. Hoje o GEHVID possui uma biblioteca de referência no âmbito da História do Douro, da Vinha e do Vinho e do Vinho do Porto. Esse núcleo bibliográfico assume mesmo relevância internacional, face ao grande número de investigadores estrangeiros que o visitam regularmente. Importante reunião de informação sobre a história da vinha e do vinho; das grandes regiões vinhateiras do mundo; da história social e económica específica dessas regiões, mas igualmente biblioteca de referência no âmbito da história do Porto. Sublinhamos que, nesta última vertente, a biblioteca do GEHVID foi muito valorizada com a junção da livraria do *CENPA – Centro de Estudos Norte de Portugal Aquitânia*, da qual esta unidade de I&D é actualmente legítima depositário. Essa legitimidade, é bom lembrar, decorre não apenas do facto de a guarda da mesma biblioteca nos ter sido confiada por determinação reitoral sequente à extinção do *CENPA*, mas também do facto de parte importante dos fundadores e actuais investigadores do GEHVID, ter tido igualmente papel fundacional e ter trabalhado afincadamente naquele Centro de Investigação que, nos anos oitenta do século passado, muito longe da época em que se começou a enfatizar com a importância da internacionalização das actividades de investigação científica, já praticava as virtualidades da história e da geografia comparadas. De facto, nessa altura, já o *CENPA* percebia a relevância do diálogo interdisciplinar entre investigadores das universidades do Porto e de Bordéus, afinal estabelecimentos de ensino superior de cidades cabeça de duas importantes regiões vitícolas do “velho mundo” e que hoje integram a rede mundial de cidades capitais de grandes vinhedos<sup>1</sup>. Esse diálogo não se perdeu, ao contrário, como temos reafirmado em deslocações frequentes à Universidade Michel Montaigne, pela parte do GEHVID prosseguirá e entendemos mesmo que deve ser reforçado.

O diálogo entre o GEHVID e outros núcleos de investigação similares integrantes de outras universidades tem sido por nós assumido desde 1995. De facto,

---

<sup>1</sup> A cidade do Porto, em coerência com a sua história, sem voltar costas ao futuro, assumiu ao longo de 2008 a presidência da *Rede Mundial das cidades Capitais de Grandes Vinhedos*.



logo após um escasso período de organização interna, no Verão desse mesmo ano foram estabelecidos os primeiros contactos com a Universidade Internacional da Andaluzia, através da participação num curso de Verão realizado em Santa Maria de La Rábida, subordinado ao tema “Vinos y aguardientes vinicos andaluces en las Americas”. Apercebemo-nos nessa altura do maior interesse alargar e aprofundar o diálogo com os nossos colegas das Universidades de Cádiz, Córdoba, Sevilha, Madrid – Alcalá de Henares e Málaga<sup>2</sup>.

O GEHVID, associou-se então a outras universidades europeias, latino-americanas, norte-americanas e sul-africanas, dando forte impulso à criação da *Associação Internacional – História e civilização da Vinha e do Vinho*, constituída na cidade de Puerto de Santa Maria, em 2001. Esta iniciativa conduziu o Grupo ao estreitar de relações com as universidades da Califórnia-Berkeley que continuam a produzir os seus frutos. Exemplo disso, a edição bilingue do livro de Norman Bennet “*Brandy and Port Wine, C.1650-1908*” (2006).

Não nos desviamos deste rumo. A prova disso está na participação activa dos nossos investigadores em congressos, fora do país, relacionados com a área de estudos que abraçaram e na realização periódica de colóquios internacionais que têm suscitado o seu interesse.

A nossa linha editorial foi entretanto alvo de alguns ajustamentos que deverão ser sempre encarados à luz da vontade de valorizar o trabalho de grupo que desenvolvemos. É que, deve salientar-se, foi graças ao trabalho colectivo do grupo que chegamos até aqui. Com o número 15º da revista “Douro-Estudos & Documentos”, procuramos dar um primeiro sinal da necessidade de mudar o aspecto gráfico da publicação. Fizemo-lo por convicção própria dessa necessidade, mas também em diálogo concertado com as entidades financiadoras da revista: Universidade de Trás-os-Montes, Universidade do Porto e Instituto dos Vinhos do Douro e Porto. Os números 16 a 22 dão continuidade a essa mudança. Pensamos ter encontrado um formato digno para suceder ao anterior. No plano científico, sabemos-lo, afigurou-se-nos indispensável a criação de uma nova comissão redactorial que, pela sua acção efectiva, e não apenas nominal, emprestasse maior credibilidade à revista. Exigiam-no em primeiro lugar o nosso rigor, mas também o interesse do GEHVID e das entidades financiadoras da revista. A inclusão da publicação na rede internacional de publicações de referência internacional, exigiu entretanto novas mudanças na comissão redactorial e na criação de um Conselho Assessor que, com regularidade, possa aquilatar da valia científica do que se vai publicando, número a número. Essa tarefa está concluída como concluídas

<sup>2</sup> CARDOSO, António Barros: *Notícias* – “Douro-Estudos & Documentos”, Porto, GEHVID, 1996, p. 291-293.

estão as normativas a fim de inscrever a Revista Douro nos roteiros internacionais das revistas de referência. O novo estatuto redactorial e o regulamento regeirão, de forma detalhada, a acção da nova comissão redactorial que apresenta pendor internacional e interdisciplinar. O próximo número dará notas destas alterações.

Sobre a actividade do grupo, importa ainda colocar em destaque o reforço da cooperação com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Trata-se afinal da outra Universidade que interage com a região. Tem constituído nossa preocupação nos últimos anos acolher no seio do GEHVID novos investigadores oriundos das áreas de investigação aí desenvolvidas, visando criar novas linhas programáticas, ou enriquecer as já existentes.

### **Muito foi feito – muito mais há para fazer**

Entre a simples formulação de uma ideia e a sua concretização, todos o sabemos, vai uma grande distância, tão grande que por vezes as ideias não passam disso mesmo, ou seja, não chegam nunca à fase de concretização. Nada mais comum na actividade humana. Por isso, como atrás apontamos, parece-nos útil sintetizar aqui as principais linhas que o grupo seguiu, apontar os resultados mais relevantes entretanto alcançados e deixar linhas de rumo que entendemos devem ser seguidas pela investigação fundamental sobre a história do Douro e dos seus vinhos e da interacção do seu comércio na cidade do Porto. Por comodidade expositiva procuraremos seguir as grandes linhas divisórias da História: História Antiga, História Medieval, História Moderna e História Contemporânea. Não se trata de áreas estanques, mas antes de sub-grupos que desde a fundação do GEHVID têm sabido dialogar de forma acertada na perspectiva de perscrutarem “a vida dos homens no tempo”, ou seja de se aproximarem da essência da História. Tratando-se de um grupo interdisciplinar, não deixaremos de passar em revista os projectos realizados e em curso referentes às áreas da arqueologia e património, do património documental, da antropologia, bem como da história oral.

### **A História Antiga do Douro**

Quando se começou a avançar com o projecto GEHVID, foi quase imediata a percepção de que a História Antiga da Região, se não estava por fazer, estava pelo menos longe de atingir um patamar de conhecimento satisfatório. Foi propósito da equipa de arqueólogos que o Grupo conseguiu reunir seguir o princípio de que não havia uma cronologia certa para tratar as origens de tão antiga região. “Onde surgisse o primeiro vestígio humano, começar-se-ia a escavar”. Foi o tempo da



“aventura” sem a qual não se pode alimentar a descoberta. A evolução do conhecimento científico nasce quase sempre da utopia. Também aqui assim aconteceu. Cedo se verificou que escavar tudo não constituía método. Por isso, partiu-se para territórios já referenciados, mas pouco estudados: Estação arqueológica de Vilarinho de Cotas – Alijó, Quinta da Relva de Baixo – Longroiva – Meda e o Castelum da Fonte do Milho, em Poiares da Régua, foram das primeiras prioridades de investigação. No primeiro caso, logo no volume I da Revista Douro, Brochado de Almeida deixou nota do interesse do lugar, descrevendo de forma aturada vestígios aí encontrados que documentam uma ocupação que remonta à Idade do Ferro e onde, como relevou, se conhecem as presenças castreja e romana (séc. IV) altura em que os moradores atingiram, tudo o indica, um certo desafogo económico, proporcionado pelas culturas de cunho mediterrânico, de entre as quais se destaca já a vinha<sup>3</sup>.

Em Longroiva – Meda, João Viana Antunes e Pedro Baère de Faria procuraram vestígios da existência de estruturas ligadas ao cultivo da vinha na época romana. Revelaram-se infrutíferas as pesquisas no que se refere a tais estruturas, mas os mesmos investigadores não deixaram de produzir trabalho importante para a história do lugar, que incidiu sobre as sepulturas cavadas na rocha existentes no conjunto Quinta da Relva de Baixo<sup>4</sup>. Apesar disso, em artigo que denota madura reflexão e vasto conhecimento sobre a História Antiga do Douro, Brochado de Almeida, fazendo bom uso da bibliografia existente sobre o tema, deixa a certeza de que o vinho era produzido no período romano na região do Douro. A demonstração ficou por conta dos estudos que têm incidido sobre alguns lagares romanos cavados nas rochas que bordejam os actuais vinhedos<sup>5</sup>. Neste mesmo artigo, fixou elementos que subsidiarão a elaboração de uma carta arqueológica do Douro, inventariando alguns dos lugares mais promissores.

Na senda do trabalho publicado por Lino Tavares Dias sobre o ordenamento romano do território marginal ao Rio Douro entre o Tâmega e o Corgo entre os séculos IV e V<sup>6</sup>, João Viana Antunes e Pedro Baère de Faria, apresentaram aturado

<sup>3</sup> ALMEIDA, Carlos Brochado de: *Alguns apontamentos sobre a estação arqueológica de Vilarinho de Cotas – Alijó* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º 1, Porto, GEHVID, 1996, p. 266-268.

<sup>4</sup> ANTUNES, João Viana, BAÈRE, Pedro: *Sepulturas cavadas na rocha: conjunto da Quinta da Relva de Baixo (Longroiva-Meda)* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º 1, Porto, GEHVID, 1996, p. 270-275.

<sup>5</sup> ALMEIDA, Carlos A. Brochado de: *O Cultivo da Vinha durante a Antiguidade* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º 2, Porto, GEHVID, 1997, p. 18-30.

<sup>6</sup> DIAS, Lino Tavares: *Contributo para a análise do ordenamento romano do território marginal ao Rio Douro* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º 2, Porto, GEHVID, 1997, p. 31-56.

levantamento das estações arqueológicas da época Romana a Sul do Douro<sup>7</sup>. O concelho de Alijó, vimo-lo já, é rico em património arqueológico e por isso promissor. Em 1997, Carlos Brochado de Almeida, Paulo Costa Pinto e Pedro Miguel Brochado de Almeida, apresentaram resultados do estudo efectuado sobre os lagares cavados na rocha em Pegarinhos<sup>8</sup>. Nesse mesmo ano, João Viana Antunes e Pedro Baère de Faria, continuaram o seu contributo para uma carta arqueológica das terras a Sul do Douro, trazendo à luz do dia preciosa informação sobre o concelho de Armamar<sup>9</sup>. Ficamos a saber um pouco mais sobre a presença romana em áreas próximas deste concelho, através os trabalhos de Ricardo Teixeira que incidiram sobre a ocupação romana da bacia hidrográfica dos rios Varosa e Balsemão<sup>10</sup>.

Os relatórios arqueológicos publicados pelo GEHVID em 1997, sobre os vestígios alto-medievais de Muimentos (Fonte da Longa – Meda)<sup>11</sup>, sobre Ariola<sup>12</sup>, sobre Longroiva<sup>13</sup>, sobre Ranhados<sup>14</sup>, sobre Casteição<sup>15</sup>, e sobre Pai Penela<sup>16</sup> no mesmo concelho, denotam um interesse redobrado por uma área de fronteira da região do Douro que se mantém em 1999, altura em que se publicam os resultados do trabalho

<sup>7</sup> ANTUNES, João Viana, BAÈRE, Pedro: *Estações Romanas da Região Demarcada a Sul do Douro* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º 3, Porto, GEHVID, 1996, p. 11-16.

<sup>8</sup> ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, PINTO, Paulo C., BROCHADO, Pedro: *Os Lagares cavados na Rocha do Castelo de Castorigo – Pegarinhos (Alijó)* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º 4, Porto, GEHVID, 1997, p. 15-24.

<sup>9</sup> ANTUNES, João Viana, BAÈRE, Pedro: *Aspectos diacrónicos de um espaço entre Goujoim e S. Martinho das Chãs (Armamar)* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º 4, Porto, GEHVID, 1997, p. 25-33.

<sup>10</sup> TEIXEIRA, Ricardo: *Elementos para o estudo da ocupação romana no Alto Douro: bacia hidrográfica dos rios Varosa e Balsemão* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º 5, Porto, GEHVID, 1998, p. 11-28.

<sup>11</sup> ALMEIDA, Carlos A. Brochado de, SILVA, Luís Jorge S. Guedes: *Povoamento e morte na paisagem de Ariola (Meda): subsídios para uma diacronia da ocupação* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º 5, Porto, GEHVID, 1998, p. 211-219.

<sup>12</sup> ANTUNES, João Viana, FÁRIA, Pedro Baère de: *Aspectos da História Antiga de Longroiva* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º 5, Porto, GEHVID, 1998, p. 220-224.

<sup>13</sup> ANTUNES, João Viana, FÁRIA, Pedro Baère de, ALMEIDA, Pedro Miguel Brochado de: *Aspectos da História Antiga de Longroiva* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º 5, Porto, GEHVID, 1998, p. 220-224.

<sup>14</sup> ANTUNES, João Viana, FÁRIA, Pedro Baère de: *Ranhados (Meda): a diversidade das permanências humanas evidenciada pela prospecção arqueológica* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º 5, Porto, GEHVID, 1998, p. 225-229.

<sup>15</sup> ANTUNES, João Viana, FÁRIA, Pedro Baère de: *Casteição, núcleo sepulcral de” mosteiros”* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º 5, Porto, GEHVID, 1998, p. 230-237.

<sup>16</sup> ANTUNES, João Viana, FÁRIA, Pedro Baère de: *Ranhados (Meda): Subsídios histórico-arqueológicos para um inventário da freguesia de Pai Penela (Meda)* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º 5, Porto, GEHVID, 1998, p. 238-250.



desenvolvido em Rabaçal por Maria José Ferreira dos Santos, Sandra Rodrigues e Pedro Brochado de Almeida<sup>17</sup>.

É certo que as escavações e prospecções arqueológicas não são tarefas de fácil realização, nem se podem desenvolver ao longo de todo o ano. Antes resultam de campanhas que sazonalmente mobilizam jovens estudantes da especialidade que, sob supervisão científica vão desenvolvendo trabalhos de campo que farão deles futuros arqueólogos. Contudo, sabemos que a arqueologia entra como sustentáculo indispensável da História, sempre que esta se queixa da ausência do documento escrito e é igualmente complementar desta, quando a pena de outros tempos mostra as suas insuficiências. Por isso, não podemos deixar de notar que se mostra absolutamente indispensável caminhar noutra sentida. É certo que as estações arqueológicas e os territórios em que o GEHVID fez prospecção e investigação arqueológica são importantes e os resultados obtidos dão prova disso. Não podemos no entanto deixar de observar que o estudo da cultura material no Douro da Época Antiga não se deve limitar às áreas dos concelhos contemplados. Parece-nos pois indispensável alargar o âmbito das actividades nesta área aos lugares que Leite de Vasconcelos, o Abade de Baçal e Santos Júnior, foram identificando nas diversas latitudes do território alto-duriense e transmontano.

A *Fonte do Milho*, escavada por Russel Cortez em 1951, continua entretanto à espera de uma intervenção. O descuido de um dos proprietários da quinta onde se insere o monumento provocou recentemente forte dano ao documento. A incúria das autoridades locais, refiro-me em concreto à Câmara Municipal do Peso da Régua, a indiferença das autoridades centrais, ajudaram a esta situação para a qual pela nossa voz, em 1995, o GEHVID alertou uns e outros, propondo-se, com a colaboração da equipa de História Antiga, estudar, preservar e musealizar o local. Apesar de retomado o interesse por este assunto pelos actuais edis do Peso da Régua que, convocaram recentemente o GEHVID para uma reunião com elementos do IGESPAR, com a finalidade de dignificar este monumento através de uma intervenção arqueológica supervisionada sob o ponto de vista científico pela equipa de arqueologia do GEHVID liderada pelo Prof. Carlos Brochado de Almeida, a verdade é que nada se avançou mais a este propósito. É tempo de voltar a deixar nota de atenção às autoridades municipais para a situação.

---

<sup>17</sup> SANTOS, Maria José Ferreira dos, ALMEIDA, Pedro Brochado de, RODRIGUES, Sandra Raquel: *Dos sepulcros e lagaretas de Rabaçal (Meda)* in "Douro-Estudos & Documentos", n.º 5, Porto, GEHVID, 1998, p. 179-203.

Mas não é apenas a *Vila da Fonte do Milho* que requer estudo e atenção. O castro céltico de Cidadelhe, a que o povo chama *Castelo dos Mouros*, logo às portas da região Demarcada do Douro, em Mesão Frio, espera também pelos especialistas da arqueologia. O GEHVID, poderá aqui ter um papel relevante, estabelecendo pontes com a Câmara Municipal no sentido da realização de campanhas de escavações com vista ao estudo do lugar, cuja importância já lhe fez atribuir a classificação de imóvel de interesse público<sup>18</sup>.

Ao falarmos deste lugar, porque ele está ligado à importante viação romana de ligação das duas margens do Douro, com passagem pelas Caldas do Moledo, mas também à que, vinda de Braga – Canaveses, passava por Mesão Frio, Vila Marim e Cidadelhe<sup>19</sup>, com direcção a Penaguião, não podemos deixar de referir o interesse que reveste para a investigação não apenas da História Antiga do Douro, mas também para o conhecimento da região no período medieval a elaboração de uma carta da viação romana e medieval. Entendemo-la mesmo como um instrumento de trabalho indispensável a prospecções arqueológicas nos territórios adjacentes à mesma rede de comunicações. Por isso, nos últimos dois anos tentamos concretizar projectos de investigação que, de forma faseada possam dar sentido concreto a uma ambição importante para o conhecimento da evolução do território duriense.

No ciclo de conferências organizadas pelo GEHVID em 2005 “Conferências do Museu” realizadas no Museu do Vinho do Porto, foi salientada a necessidade de se efectuarem prospecções arqueológicas em todo o vale da Vilarça. De resto, a ocupação romana da região parece exigir esforços de coordenação de equipas de arqueologia mais vastas que, partindo de uma cartografia das principais quintas actuais, Vesúvio, Noval, Vale de Meão, Ervamoira etc., vá desenvolvendo trabalho de campo uma vez que são muitas as suspeitas de coincidência entre as primitivas ocupações humanas desses lugares e as áreas das casas grandes e de vinificação dessas propriedades. O Instituto dos Vinhos do Douro e Porto já nos fez saber da sua disponibilidade para financiar no âmbito de contratos-programa a realizar com o GEHVID parte dessa investigação que, deve suscitar também apoios locais, nomeadamente das Câmaras da Região, assim as Universidades representadas no GEHVID saibam cumprir a sua missão. Importa sublinhar que, no primeiro volume da História do Douro, editado em 2006, em boa parte produzido graças ao labor da equipa de História Antiga do GEHVID, plasmou um inventário muito completo dos

---

<sup>18</sup> OLIVEIRA, B. Vieira de: *Breve Monografia do Concelho de Mesão Frio*, Mesão Frio, Câmara Municipal de Mesão Frio, 2002, p..302

<sup>19</sup> Idem, *Ibidem*, p, 55.





sítios arqueológicos da Região que deverá nortear trabalhos futuros de escavação e valorização de tão importante património.

## O Douro dos Tempos Medievais

A Época Medieval, malgrado tratar-se de um período apaixonante da História revelou-se desde o início dos trabalhos do GEHVID um período difícil de estudar.

O primeiro coordenador desta área de Estudos, foi o Prof. Luís Miguel Duarte que referiu desde cedo que tais dificuldades resultavam da dispersão documental, das escassas alusões à produção vitícola, à pobreza monográfica em que o grupo de estudos medievais se poderia apoiar. Factores que explicam a importância que, também para esta época, foi dada desde o início aos trabalhos de pesquisa arqueológica. Subentende-se que entre as equipas de História Antiga e História Medieval deve haver um diálogo profundo e complementar. Contudo, tal diálogo não parece ressaltar dos primeiros trabalhos empreendidos. Vimos já que o grupo de História Antiga, embora trabalhando a Sul do Douro, deu particular relevo sobretudo a locais arqueológicos da Meda. Ao mesmo tempo a História Medieval apresenta desde logo como trabalhos prioritários o estudo da Abadia Velha de Salzedas e os castelos de Ansiães e Numão<sup>20</sup>. Aqui não houve sequer uma preocupação de fazer coincidir geograficamente os estudos, ao menos como forma de economia de meios. Obviamente que não é apenas isso que está em causa. É muito mais, é o desperdiçar de sinergias que poderiam fomentar uma melhor estruturação dos estudos sobre dois períodos sequentes da História da região do Douro e que trariam resultados bem mais consistentes no plano científico para ambos os grupos de investigação.

As limitadas perspectivas de trabalho para o Douro medieval foram reconhecidas no texto *"O Vale do Douro da ocupação tardo-romana aos forais manuelinos: as nossas interrogações"* no qual Luís Miguel Duarte perspectiva de forma abrangente um programa de acção mais ambicioso, assente num acervo bibliográfico de dimensão razoável que incorpora autores nacionais como Lindley Sintra para os Forais de Castelo Rodrigo, Rui Azevedo e Almeida Fernandes para Santa Maria de Salzedas, Monsenhor Gonçalves da Costa para a História da Cidade de Lamego e um punhado de monografias de valor desigual e de âmbito mais limitado como as de Maria da Assunção Carqueja para Torre de Moncorvo, de Leite de Vasconcelos para Mondim da Beira, de Cândida Florinda Ferreira para Carrazeda de Ansiães, de João Albino Pinto Ferreira para Freixo de Numão, de Manuel da Fonseca da Gama para as Terras

---

<sup>20</sup> DUARTE, Luís Miguel: *Editorial* in "Douro-Estudos & Documentos", n.º 1, Porto, GEHVID, 1996, p. 11.

do Alto Paiva, de Adriano Vasco Rodrigues para a Meda e de José Augusto Tavares para o Eremitério de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> da Teixeira em Torre de Moncorvo.

No plano estritamente arqueológico apontam-se ainda os trabalhos do Projecto Arqueológico da Região de Moncorvo. A par, e para os estudos sobre povoamento a tese de mestrado de Paulo Dórdio Gomes sobre a arqueologia das vilas urbanas de Trás-os-Montes e Alto Douro que incide em particular sobre a organização do povoamento e dos territórios na Baixa Idade Média (séculos XII a XV).

Já na perspectiva da ligação entre a região produtora e a cidade do Porto, não foi esquecida outra importante tese mestrado, esta da autoria de António Gonçalves Guimarães sobre Gaia e Vila Nova na Idade Média – que assenta na arqueologia da ribeira de Gaia. Couberam ainda neste naipe os trabalhos de José Marques sobre o povoamento de Trás-os-Montes, cujas achegas se sugere sejam testadas no Vale do Douro<sup>21</sup>. Os textos de consagrados historiadores que se dedicaram à história do vale do Douro na parte em que corre no país vizinho não foram esquecidos, como os de Sanchez-Albornoz (anos 50-60 do século passado) e mais recentemente os de Garcia de Cortázar, a sugerir um bom exercício de história comparada. Em síntese, o cepticismo inicial deu lugar a algum entusiasmo e os frutos começaram a surgir: José Ignacio de la Torre Rodriguez, da Universidade de Valladolid, bolseiro do Instituto Camões, integrado no GEHVID, em texto publicado no n.º 1 da revista “Douro”, salienta a importância da Comarca de Riba Cõa durante a Idade Média para os reinos de Leão e de Portugal<sup>22</sup>. Salzedas mereceu a atenção de Luís Miguel Duarte que avalia a evolução do couto a partir de dois importantes documentos, distanciados no tempo 210 anos: O foral concedido à aldeia de Vila Chã por D. Pedro, abade de Salzedas, em 1295 e o foral manuelino, outorgado em 1504<sup>23</sup>, num apontamento que relewa a importância da análise da já referenciada documentação foraleira para o estudo da região.

A presença das fundações religiosas no Vale do Douro no decurso dos tempos medievos, constituiu outro filão, elencaram-se então São Bento (1009) cuja presença se sente em Travanca e São João da Arnóia, muito próxima da região Demarcada do Douro.

---

<sup>21</sup> DUARTE, Luís Miguel: *O Vale do Douro na Idade Média* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º2, Porto, GEHVID, 1996, p. 59.

<sup>22</sup> RODRIGUEZ, José Ignacio de la Torr: *A Comarca de Ribacõa no Tratado de Alcañices* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º2, Porto, GEHVID, 1996, p. 59.

<sup>23</sup> DUARTE, Luís Miguel: *A aldeia de Vila Chã do Couto de Salzedas* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º3, Porto, GEHVID, 1997, p. 29-44.



Já no seio da Região, São João de Tarouca, St.<sup>a</sup> Maria de Aguiar em Figueira de Castelo Rodrigo, Salzedas em Lamego, São Pedro das Águias em Tabuaço, todos no séculos XII e XIII, os padres de Premontre em Lamego, os de São Domingos em Vila Real, os franciscanos no eremitério de Azinhoso, em Vila Real e em Lamego (séculos XIII a XV), para falar apenas dos masculinos.

Dos femininos as clarissas de Lamego (séc. XIII), de Amarante (séc. XIV) na área de transição, de N.<sup>a</sup> Senhora da Ribeira em Sernancelhe (séc. XV) e de Santa Comba da Ermida, estabelecimento de observância desconhecida que remonta ao séc. XII<sup>24</sup> foram apontados.

Impunha-se o estudo destes estabelecimentos na perspectiva da sua importância para o desenvolvimento da região do Douro, tendo presente sobretudo a viticultura, matriz económica actual da região: José Ignacio de la Torre Rodriguez deu os primeiros passos ao estudar a viticultura nos mosteiros cistercienses do Vale do Douro português nos séculos XII e XIII<sup>25</sup>, centrando-se sobretudo em Tarouca e Salzedas. Neste último caso, assinalamos o contributo de Rosa Marreiros que pôs em evidência o peso da vinha na renda da abadia em 1347, partindo do estudo dos bens da coroa na posse do mosteiro<sup>26</sup>. Estes e outros esforços culminaram com a publicação da obra colectiva *Cister no Vale do Douro*<sup>27</sup>. Obra de referência internacional na bibliografia cisterciense, muito procurada, a requerer uma segunda edição, revista e actualizada. No âmbito da parceria que o GEHVID mantém com a ANIMA – Património, associação sem fins lucrativos que tem dinamizado o mosteiro cisterciense de Arouca nos últimos oito anos, temos encontrado abertura para essa iniciativa. Os meios materiais ainda não foram encontrados mas é um projecto cuja concretização mantemos no nosso horizonte.

Leram-se e publicaram-se boa parte dos pergaminhos da Colecção da Quinta da Pacheca. Outra parte, graças a um projecto aprovado pela FCT e já concretizado, supervisionado pelo Prof. José Marques, encontra-se pronta para publicação. Pensamos contudo que aqui tem faltado alguma ambição. Veríamos este trabalho como mais proveitoso se inserido num projecto de investigação de maior coerência,

<sup>24</sup> TEIXEIRA, Victor, *Fundações religiosas no Vale do Douro* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º2, Porto, GEHVID, 1996, p. 85-91.

<sup>25</sup> RODRIGUEZ, José Ignacio de la Torre: *A viticultura nos mosteiros cistercienses do Vale do Douro português* (século XII-XIII), in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º3, Porto, GEHVID, 1997, p. 17-28.

<sup>26</sup> MARREIROS, Rosa: *Os bens da Coroa na posse do mosteiros de Salzedas em 1347* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º4, Porto, GEHVID, 1997, p. 119-146.

<sup>27</sup> *Cister no Vale do Douro*, Porto, GEHVID, 1999.

abrangendo outras quintas da região duriense igualmente referenciadas já como ricas em património documental medieval.

Quanto aos propósitos iniciais de investigação arqueológica, apenas nos chegou o esboço dos trabalhos a realizar em Almendra no território do Monte do Castelo por Susana Cosme<sup>28</sup> e o resultado das primeiras investigações que dão conta da descoberta de um lagar romano na Aldeia Nova – Olival de Telhões – Almendra<sup>29</sup>.

É muito e é muito pouco. Ou seja, pensamos que a História do Douro Medieval merece muito mais. A saída do GEHVID do primeiro coordenador para este período, abriu uma lacuna que ainda não foi colmatada e contribuiu para um certo esmorecimento do entusiasmo de colaboradores desta área e para a ausência de jovens investigadores que buscaram aqui campo de pesquisa.

Afinal, falta estudar quase tudo. É que, não basta enumerar os institutos religiosos que pontuaram o espaço da actual Região Demarcada do Douro, importa recolher de forma sistemática a informação sobre a sua fundação, os seus objectivos, a estrutura fundiária em que assentaram, o papel comunitário que desenvolveram, conhecer a evolução da sua população, saber dos eventuais segredos que a documentação guarda sobre técnicas de cultivo da vinha, técnicas de vinificação, armazenamento e eventual comércio de vinhos. Afinal, se exceptuarmos os estudos sobre Cister, muito fundados no aproveitamento do acervo monográfico conhecido anteriormente a 1994 e nas obras de referência há muito consagradas a esta temática, pouco sobra de investigação fundamental desenvolvida. O conhecimento rigoroso da organização das terras medievais do Douro, passa não apenas pelos coutos, mas também pelos municípios que estruturaram o território. A documentação foraleira é um dos filões a explorar para maior aproximação ao conhecimento da Região. A documentação régia ligada à administração da justiça, ao recrutamento militar, aos contributos financeiros para os grandes empreendimentos da corte por parte do Douro, são fontes que levam directamente ao desenvolvimento de saber fundamental sobre a região medieval que não vimos sequer afloradas. Só tratando tais fundos documentais poderemos partir para uma indispensável comparação entre o que os modernistas vão desbravando posteriormente ao século XVI, com a realidade herdada do período medieval.

---

<sup>28</sup> COSME, Susana, *Projecto de Investigação arqueológica no território do Monte do Castelo* in "Douro-Estudos & Documentos", n.º10, Porto, GEHVID, 2000, p. 219-221.

<sup>29</sup> COSME, Susana Rodrigues: *O lagar romano da Aldeia Nova / Olival dos Telhões (Almendra – Vila Nova de Foz Côa)* in "Douro-Estudos & Documentos", n.º12, Porto, GEHVID, 2001, p. 55-62.



Mas não basta dizer, é preciso fazer, urge desenvolver programas de investigação integrados e coerentes a submeter à aprovação da F.C.T. para financiamento e avançar, envolvendo neles jovens investigadores a frequentarem cursos de 2.º e 3.º ciclos.

## A Douro Moderno

Para estudarmos o Douro da Época Moderna tivemos como ponto de partida uma certeza que se lê já em alguma documentação medieval e que se revela com maior evidência nos Tempos Modernos (séculos XVI a XVIII): a convicção de que a história do Douro desse período está indissociavelmente ligada à História da Cidade do Porto, ligação que temos vindo a classificar de intemporal.

Por isso, logo em 1996, a equipa de História Moderna do GEHVID procurou elencar para posterior análise importantes colecções documentais, algumas já conhecidos de experiências de investigação anteriores, outras menos visitadas pela historiografia.

Ao mesmo tempo, procurou saber da bibliografia sobre a região para este período. Constatou-se a sua reduzida dimensão e foi-se percebendo a abundância da informação escrita sobre a cidade do Porto, na qual, amiudadas vezes se tropeçava na ligação umbilical ao Douro.

A obra do Prof. Francisco Ribeiro da Silva "*O Porto e o seu Termo – 1580-1640 – Os Homens as Instituições e o Poder*"<sup>30</sup> e textos como "*Porto e Ribadouro no séc. XVII – Complementaridade imposta pela natureza*"<sup>31</sup> do mesmo autor ou "*Douro país vinhateiro – da produção ao comércio: algumas considerações*"<sup>32</sup>, de Aurélio de Oliveira só apontavam nesse sentido:

Que linhas de rumo foram traçadas então?

1. Estudar os testemunhos escritos, nomeadamente o texto de Rui Fernandes sobre a cidade de Lamego (15031-32). Partindo dele e conjugando-o com documentação original, saber mais sobre os aspectos aí tratados;
2. Conhecer dados da produção transporte e consumo de vinhos na cidade do Porto;
3. Saber que tipo de vinhos do Douro que se produziram e qual a sua evolução;

<sup>30</sup> SILVA, Francisco Ribeiro da: *O Porto e o seu Termo (1580-1640) – Os Homens, as Instituições e o Poder*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 2 vol., 1988.

<sup>31</sup> SILVA, Francisco Ribeiro da: *Porto e Ribadouro no sé. XVII – Complementaridade imposta pela natureza*, Porto "Revista da Faculdade de Letras – História", IIª Série, Vol. VII, Porto, FLUP. 1990.

<sup>32</sup> OLIVEIRA, Aurélio de: *Douro país vinhateiro – da produção ao comércio: algumas considerações*, in "Revista de História", Vol. XII, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, 1993.

4. Obter dados estatísticos relativos à produção, comércio interno e externo de tais vinhos;
5. Estudar a sociedade que no Douro e no Porto suportou o negócio vinícola;
6. Conhecer com mais rigor o papel dos estrangeiros, particularmente dos ingleses, no envolvimento no trato dos vinhos do Douro;
7. Reequacionar à luz de novos dados colhidos em arquivos nacionais e estrangeiros o aparecimento da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756);
8. Avaliar a importância do instituto pombalino na estruturação da produção e comércio dos vinhos do Porto até finais do século XVIII.

Em suma, foram estas as grandes linhas de acção traçadas<sup>33</sup>. Constam em boa parte de um texto, por sinal muito citado, da autoria do Prof. Ribeiro da Silva, que se encontra no Vol. 2 da Revista “Douro-Estudos & Documentos” – “*Do Douro ao Porto: o protagonismo do vinhos na Época Moderna*”.

O que lavramos neste ambicioso campo de trabalho?

Quanto ao testemunho de Rui Fernandes, foi utilizado por Pedro de Brito, investigador que inicialmente integrou o projecto GEHVID<sup>34</sup>. Este autor serviu-se do texto quinhentista para efectuar cálculos de produção na área abrangida pela descrição, correspondente a cerca de dez quilómetros em redor da cidade de Lamego. Confrontou os seus cálculos com os dados do primeiro livro da *Imposição dos Vinhos*, existente no Arquivo Histórico Municipal (1560).

Começava desta forma o exercício crítico, pela história científica, de fontes sobre o Douro do século XVI. De resto, foi este o caminho que todos perseguimos nas cuidadas referências ao texto de Rui Fernandes, cuja importância nunca foi negada. Contudo, o seu uso esteve atento ao facto de o mesmo se referir a uma área que não representa mais do que uma diminuta parte da região nosso objecto estudo, a requerer cuidados na extrapolação dos dados que contém para toda a restante região. Por outro lado, manda a boa razão, que esses mesmos dados sejam cotejados com outras informações, se possível colhidas em fontes indirectas.

O conhecimento de informes sobre produção vinícola, transporte e sua comercialização na cidade do Porto, foi preocupação a que procuramos dar resposta. Para um período tão dilatado de tempo (três séculos) não tem sido tarefa fácil.

<sup>33</sup> SILVA, Francisco Ribeiro da: *Do Douro ao Porto: o protagonismo do vinho na Época Moderna* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º2, Porto, GEHVID, 1996, p. 93-118.

<sup>34</sup> BRITO, Pedro de: *O Comércio portuense de Vinhos no Século XVI*, in “Boletim Cultural”, 2ª Série, Vol. 7 – 8, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1989/90.



Contudo, os textos que Aurélio de Oliveira deu à estampa no Vol. 3 da Revista “Douro – Estudos & Documentos” “*Os Vinhos no Porto: 1600-1700 (Política e administração municipais)*”<sup>35</sup> e a tese de doutoramento de Francisco Ribeiro da Silva a que já aludimos, constituíram esteios para se ficar a conhecer melhor o ambiente que rodeou o comércio de vinhos do Douro na cidade do Porto dos séculos XVI e XVII. Pelas actas de vereações atentamente percorridas, ficaram notas de que no terceiro quinquénio do século XVII, os vinhos do Douro eram já a principal fonte de recursos da edilidade portuense e que, por isso, mobilizaram grandes interesses.

Ficou também a certeza de que, muito antes desse período, as comunidades de estrangeiros, sobretudo ingleses e holandeses, já disputavam privilégios de comércio sobre outras mercadorias, mas também sobre os vinhos<sup>36</sup> para, a breve trecho, os constituírem em ramo onde se fazia fortuna.

Percebe-se que o ofício de recebedor da *Imposição dos Vinhos* era cargo muito rendível para além de respeitado. Que os comerciantes do retalho eram demasiado numerosos o que colidia com a eficaz vigilância da qualidade dos vinhos vendidos, situação que se mantém até meados do século XVIII, altura em que a Companhia pombalina disciplina o comércio de vinhos na urbe.

Na sociedade portuense do século XVII constata-se do interesse dos titulares de cargos administrativos na edilidade portuense pela aquisição de terras – próprias ou de foro – no vale do Douro. Ressuma das fontes compulsadas a importância de indústrias correlativas com a agro-indústria vinícola, com particular destaque para a tanoaria.

Os protagonistas do trato dos vinhos adquirem projecção económica e riqueza que se lêem na descrição de 1621 da sua representação na procissão do Corpo de Deus, onde vão com danças e bandeiras próprias – cabem aqui os taverneiros, os tanoeiros e os mercadores tratantes e vendeiros de vinho.

Percebe-se nestes trabalhos que muito se conseguiu saber sobre a produção de vinhos no Douro e do seu transporte até à cidade do Porto, bem como sobre o seu consumo na urbe.

A partir do comércio, conhecem-se igualmente os tipos de vinhos que se produziram nos séculos XVI e XVII. Muito se ficou a saber sobre a sociedade que, no Douro e no Porto, suportou o negócio vinícola e ficaram aproximações ao papel dos estrangeiros no trato dos vinhos.

<sup>35</sup> OLIVEIRA, Aurélio de: *Os Vinhos no Porto: 1600-1700 (Política e administração municipais)* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º2, Porto, GEHVID, 1996, p. 45-70.

<sup>36</sup> Idem, *Ibidem*, p. 52.

Despertamos para a análise crítica do quadro geral de interesses em que estrangeiros e nacionais se moveram no contexto do negócio dos vinhos que é possível constatar nos diversos testemunhos sobre lutas pelo controle de postos chave, como a almotaçaria do Porto, para melhor conseguirem escapar às penas dos actos de falsear os vinhos através de misturas e calibragens. Que estas, se por um lado podem indiciar técnicas de confecção vinícola que se aproximam das que fizeram os vinhos do Porto de exportação, deverão também ser olhadas como das poucas formas conhecidas através de conhecimentos empíricos, destinadas a resolver um dos maiores problemas do comércio vinícola até ao século XVII: precisamente o problema da conservação do vinho.

A importância do negócio dos vinhos no Porto, foi por nós vista à luz da pesada carga fiscal que sobre eles recaía, desde os tempos medievos<sup>37</sup>. Mas, como foi de resto reafirmado numa conferência de Aurélio de Oliveira proferida no Museu do Vinho do Porto em dia 27 de Maio de 2005, intitulada *O pão e o vinho no País do Douro – 1500-1820*, o Douro não produzia apenas vinho. De resto, o mesmo autor, já tinha deixado nas páginas da revista “Douro”, uma panorâmica sobre os preços do pão no centro vinhateiro de Lamego (1750 -1793)<sup>38</sup>, a indicar que também aqui, muito já se fez, mas ainda há muito para fazer, nomeadamente no âmbito da exploração das memórias paroquiais de 1758 que, no caso do vinho, foram já analisadas por Francisco Ribeiro da Silva, em texto inserto nas actas do Colóquio “Arquivos do Vinho”, realizado em Vila Real (2003).

Pela nossa parte, fixamo-nos sobretudo no período balizado entre 1700 e 1756 – ano da instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. Procuramos trilhar linhas de investigação gizadas nos primórdios do GEHVID.

Com base nos livros da Imposição do Vinho, nas actas das vereações municipais do Porto, nos livros de Visitas de Saúde às embarcações entradas na barra do Douro, nos livros de correspondência da Câmara, nos livros de contas, nos livros dos cutelos (relativos a isenções fiscais sobre vinhos), nos livros do Subsídio Militar, em alguma documentação do Ministério do Reino – Arquivo Nacional da Torre do Tombo e no fundos relativos às alfândegas inglesas existentes no Public Record Office de Londres, só para citar as principais fontes que utilizamos, procuramos enquadrar o negócio dos vinhos do Porto, num dos períodos maiores do seu desenvolvimento, olhando o contexto político europeu que o condicionou.

<sup>37</sup> CARDOSO, António Barros: *Vinho e fiscalidade na Época Moderna* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º3, Porto, GEHVID, 1997, p. 71-83.

<sup>38</sup> OLIVEIRA, Aurélio de: *Os preços do pão no centro vinhateiro de Lamego (1750 -1793)* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º4, Porto, GEHVID, 1997, p. 165-172.





Numa perspectiva conjuntural, vimos mais de perto a vida económica da cidade do Porto ao longo da primeira metade do século XVIII e percebermos nela a importância do negócio dos vinhos do Douro. De que forma? Analisando as trocas comerciais com o exterior que o negócio do vinho proporcionou à cidade, ao mesmo tempo que fomos avaliando o relevo dessas trocas no desenrolar da economia regional e nacional.

Percebemos o universo de produtos trocados e de portos de contacto que o vinho do Douro foi abrindo à cidade. Olhamos mais de perto os principais agentes deste dinamismo económico, percebemos o papel dos estrangeiros e em particular dos ingleses que classificamos de “Senhores do Vinho do Porto”, mas também de hamburgueses, holandeses que ganharam fundas raízes na cidade suportadas pelos vinhos do Douro.

Construímos estatísticas para uma época pré-estatística, sobre a proveniência dos vinhos que deram entrada na urbe: verde do Minho, de outras regiões vinícolas e, claro está, do Douro. Percebemos quem dominou tão importante negócio e, de forma nominal, demos a conhecer todos os seus agentes, as firmas que constituíram e a forma como se organizaram.

Os ingleses mereceram atenção especial. Afinal foram eles como já referimos quem mais se destacou no trato dos vinhos no Porto setecentista. Tentamos perceber a origem do seu interesse pelo produto e perscrutar em que medida a sua experiência e influência noutras regiões vitícolas do mundo terá determinado o aparecimento dos vinhos doces aromáticos e aguardentados que hoje designamos por “Porto”. Percebemos melhor porque é que os vinhos do Douro conseguiram derrubar o “claret” bordelês nos mercados britânicos.

Discutimos ainda o tratado de Methuen e a sua influência no desenvolvimento da agro-indústria dos vinhos no Douro e no Porto, à luz de dados estatísticos, da conjuntura política internacional e das relações diplomáticas Luso-Britânicas e tentamos perceber qual foi o real peso do negócio dos vinhos do Porto na balança de transacções correntes com o nosso aliado tradicional – a Inglaterra. Não afastamos do nosso estudo os mercadores nacionais, grandes e pequenos que, por si só, ou em conjunto com os mercadores estrangeiros, dinamizaram também o negócio de vinhos no Porto e até nos mercados exteriores. Percebemos claramente o seu papel nas pontes comerciais entre o Porto e o Brasil, mercado ao qual dispensamos uma atenção particular.

Percebemos igualmente que, no Porto setecentista, à semelhança do que os estudos anteriormente citados indicavam, todos os extractos sociais se interessaram pelo negócio dos vinhos – clérigos – nobres – mesteiros. Identificamos boa

parte deles, ocupamo-nos em particular daqueles que mais se destacaram, pelos quantitativos de vinho movimentados.

Quisemos saber como, a partir das mais variadas regiões vitícolas nacionais, chegava tanto vinho ao Porto. Nesse processo de transporte deparamos com os carreiros de Viana e dispensamos atenção especial ao rio Douro, aos arrais que conduziam os rabelos carregados de cascos por essa estrada fluvial de ligação entre as terras alcantiladas do Douro e a cidade. Cruzando as fontes de referência sobre a matéria com os dados que apurámos na documentação inédita que percorremos, medimos o ritmo sazonal de transporte de vinhos do Douro pelo rio até ao Porto e percebemos ainda a conjugação da variação dos níveis de caudal do rio e o próprio do ciclo do vinho – obra da natureza da qual o homem soube tirar o melhor proveito.

Avaliar a importância da fiscalidade sobre o vinho nas finanças da edilidade portuense, constituiu outra tarefa a que nos lançamos. Encontramos uma fiscalidade marcada pelo privilégio da isenção e pela fuga e escusa às obrigações fiscais. Nada de novo neste campo. Ficamos no entanto a conhecer os mecanismos de vigilância e controle, os protestos de quem pagava, as queixas de quem não recebia.

Esta incursão pelas contas camarárias permitiu-nos igualmente saber um pouco mais sobre a evolução e melhoria da qualidade da vida urbana do Porto, tendo por base a análise das obras de reparação e abertura de novas ruas da cidade, da melhoria da rede de abastecimento de água, da construção de fontes e chafarizes etc.

Entendemos que a História, enquanto saber cumulativo, deve alimentar-se da problematização sobre os factos conhecidos e não exercer a função própria dos memorialistas. Por isso, dispensamos grande interesse ao ambiente social portuense em vésperas da criação da Companhia dos Vinhos em 1756 e analisamos o seu aparecimento, em face de novos dados sobre o problema<sup>39</sup>.

O Prof. Francisco Ribeiro da Silva, ao longo dos anos de existência do GEHVID tem revelado em variados textos um crescente interesse pelo estudo da reacção inglesa ao aparecimento da Companhia que Pombal usou para regulamentar pela primeira vez uma das mais antigas regiões vitícolas demarcadas do mundo e regular o comércio dos vinhos aí produzidos. Tais estudos têm tido por suporte, sobretudo os informes que colheu nos arquivos de Londres.

---

<sup>39</sup> CARDOSO, António Barros: *Baco & Hermes – O Porto e o Comércio interno e externo de vinhos do Douro (1700-1756)*, Porto, GEHVID, 2003. 2 vol.



Uma tese de mestrado defendida na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, *Os vinhos do Porto no tempo de Pombal*, da autoria de Marta Centeno, investigadora do GEHVID, mostra estatísticas comerciais pós Companhia e anteriores a 1777, altura em que os dados oficiais começam a fazer dispensar o recurso a fontes secundárias para se estudar a evolução do sector da agro-indústria dos vinhos do Porto. Trouxe novos dados sobre o papel do Instituto Pombalino, enquanto factor condicionante de todo o trato dos vinhos do Porto. Através da monitorização da evolução comercial das firmas nacionais e estrangeiras, conhecidas na praça do Porto, anteriormente à Instituição da Companhia, ficou a saber-se um pouco mais do real impacto do instituto pombalino no sector.

Outra tese, mas de doutoramento, da autoria da Prof. <sup>a</sup> Ana Sílvia Albuquerque, cobriu uma das importantes traves mestras do projecto inicial do GEHVID. Votado primeiro ao estudo das elites municipais que marcaram a sociedade portuense da primeira metade de setecentos, esta investigadora, no seu percurso de pesquisa, tropeçou amiudadas vezes na sociedade do vinho do Porto, entendida aqui como um conjunto de famílias ligadas ao poder municipal, cuja importância destacada enquanto proprietários na região duriense ou manifestantes de vinhos na Imposição do Porto, se encontra referenciada.

Apesar da investigação que, em boa parte, podemos considerar como fundamental já desenvolvida, muito há ainda por fazer. Torna-se necessário, de forma mais detalhada, cobrir todos os aspectos focados para os séculos XVI e XVII. De resto, isso constitui já uma prioridade dos modernistas do GEHVID. É que, a análise articulada de fontes seriais do tipo das que foram aqui referidas, ajudarão a conhecer melhor o quadro histórico desse período. No âmbito do Projecto “Douro e Porto – A complementaridade intemporal” financiado pela FCT, foram já desenvolvidos trabalhos de recolha de informação guardada em bases de dados informatizadas que se encontram em fase de revisão para se poder entrar no período exploratório, que contemplam algumas fontes seriais que temos vindo a tratar sistematicamente.

Menos importância tem sido dada à estrutura demográfica do Douro para a Época Moderna, quase desconhecida. Investir em trabalho colectivo que proporcione um estudo cuidado da evolução das populações, estamos em crer que ajudará a cimentar certezas acerca da história sócio-económica da região e a conhecer fenómenos migratórios ainda muito pouco estudados.

Os documentos estão nos arquivos. É preciso avançar também nestes domínios.

Se para o século XVIII, estão identificados nominalmente agentes e firmas nacionais e estrangeiras envolvidas no trato vinícola entre o Douro, a cidade do Porto e

o mundo, torna-se indispensável avaliar, recorrendo a fontes tão importantes como os protocolos notariais do Porto, de Vila Real e de Lamego, os níveis de riqueza que o trato lhes trouxe. Saber da propriedade urbana e rural que adquiriram, das estratégias que entre si congeminaram, como se articularam nos mercados exteriores e muitos outros aspectos que esta documentação revela, enquanto substituta dos “anúários comerciais” inexistentes na época.

Para o século XVII, tais levantamentos sistemáticos estão em curso e para o século XVIII (1700-1756) no caso do Porto, encontram-se já em fase de conclusão.

### *Os tempos contemporâneos*

A equipa constituída para estudar o Douro na Época Contemporânea, liderada pelo Prof. Gaspar Martins Pereira, começou igualmente por reunir materiais diversos para estudar o período que medeia entre 1777 e a reorganização pós-filoxérica que desemboca na legislação de João Franco (1907)<sup>40</sup>. Contudo, alargou posteriormente o seu âmbito cronológico a todo o século XX, abrangendo as origens da Casa do Douro e do Instituto do Vinho do Porto. Visava-se esclarecer aspectos fundamentais do “vinho do Porto” e da região produtora que se prendem com o alastrar dos vinhedos, a reorganização do espaço regional; o processo de transferência da propriedade fundiária e a reestruturação social do Douro na sequência da legislação liberal; saber da inovação tecnológica no cultivo da vinha e na vinificação e das relações entre a produção e o comércio e naturalmente da continuidade da articulação – Douro – Porto, que se percebe, vimo-lo já, de tempos muito anteriores.

A inventariação da documentação do Ministério do Reino, à guarda do Arquivo do Ministério das Obras Públicas, foi um dos primeiros passos. Essa documentação baliza-se cronologicamente entre 1756 e 1852, embora, na sua maior parte diga respeito à fase derradeira do século XVIII e sobretudo à primeira metade do século XIX. A Companhia dos Vinhos está bem representada neste *corpus* documental. No primeiro volume da revista Douro, promete-se mesmo a publicação do inventário, tarefa que, infelizmente, não vimos ainda concretizada<sup>41</sup>.

Uma das linhas programáticas atrás referenciadas, encontra-se bem expressa no texto de Gaspar Martins Pereira – *A região do vinho do Porto – origem e evolução de uma demarcação pioneira*. Aí se analisam as primeiras demarcações do século XVIII à luz da bibliografia conhecida, mas também da do trabalho de Álvaro Moreira da Fonseca sobre as demarcações marianas, cuja edição o Instituto do Vinho do Porto

<sup>40</sup> DUARTE, Luís Miguel: *Editorial* in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º 1, Porto, GEHVID, 1996, p. 12.

<sup>41</sup> *Idem, Ibidem.*



tinha confiado ao GEHVID nesse mesmo ano de 1996<sup>42</sup>. Questiona-se a valorização do Cima-Corgo, em resultado da desestruturação do modelo institucional pombalino levada a cabo pela “Viradeira” e a evolução da região até à crise de 1852, que conduz à abolição das funções da companhia, dentro do espírito de livre-câmbio que o governo regenerador instaurou.

Marca-se nesse texto a viragem do século como época de nova crise e conflitos sociais que colocam novamente no primeiro plano a “questão do Douro”.

O modelo orgânico decorrente da ditadura de João Franco (1906), que implicou o regresso à demarcação de áreas consideradas impróprias para a produção de vinho do Porto de qualidade, foi fortemente contestado e só viria a ser corrigido de forma definitiva pela intervenção legislativa de Antão de Carvalho (1921). Nessa altura definiu-se praticamente o quadro da actual demarcação. Apontou-se igualmente o papel ineficaz e pouco funcional de outro organismo decorrente da legislação franquista, com funções de fiscalização do sector – a Comissão de Viticultura da Região do Douro que, mais tarde, já na vigência da ditadura salazarista foi substituída pela Casa do Douro.

Estava esboçada uma linha de investigação fundamental para a História Contemporânea do Douro que o GEHVID não mais abandonaria – O Douro institucional. Os estudos de Carla Sequeira sobre os Paladinos do Douro (tese de mestrado) (2000), representaram um passo importante para a melhor compreensão da importância do modelo pombalino por um lado e dos choques entre livre-cambismo e protecção que acabaram por ressuscitar parte do modelo setecentista de gestão do Douro, assente na demarcação, de que a Casa do Douro, na opinião de Vital Moreira, uma das primeiras expressões do Estado corporativo salazarista, não conseguiu prescindir.

Ainda no plano institucional, são de referenciar a investigação fundamental que o malogrado Fernando Peixoto desenvolveu com vista ao seu doutoramento que, infelizmente, não chegou a defender. De facto, desde 1998, que este membro do GEHVID nos acompanhou por muitos caminhos, perseguindo o objectivo que concretizou de estudar as origens e a evolução do sistema institucional que organizou a vitivinicultura duriense ao longo do século XX. As vicissitudes da vida, a doença, impediram-no de partilhar com todos nós, em vida, o fruto do seu aturado labor. Fica a referência ao seu trabalho, á sua amizade sincera e ao seu companheirismo, bem como a gratidão pelos ensinamentos que nos deixou.

<sup>42</sup> PEREIRA, Gaspar Martins: A região do vinho do Porto – origem e evolução de uma demarcação pioneira in “Douro-Estudos & Documentos”, n.º 1, Porto, GEHVID, 1996, p. 177-195.

O primeiro Coordenador-científico do grupo, apontou outras linhas de pesquisa nas páginas do segundo volume da Revista Douro:

1. A evolução do espaço regional
2. A evolução da população
3. A evolução da sociedade duriense
4. A evolução da viticultura e dos processos de vinificação
5. Os negociantes do Porto

Para o estudo da sociedade, lembramos os trabalhos de Maria Antonieta Cruz, que tem elaborado um levantamento da sociedade duriense e do Grande Porto, com destaque particular para as elites detentoras do poder local, objectivando a sua caracterização sócio-profissional segundo o método prosopográfico, bem como os trabalhos de Jorge Martins Ribeiro sobre os comerciantes britânicos do Porto da primeira metade do Século XIX. Os contributos de Paul Dugguid sobre a evolução empresarial merecem igual destaque.

Ainda neste âmbito, e sobre a conflitualidade social no Douro oitocentista, Célia Taborda, levou a cabo investigação fundamental de relevo, plasmada na edição da sua tese de doutoramento *Movimentos Sociais no Douro no período de implantação do liberalismo (1834 – 1855)*. Trata-se de um trabalho de investigação de assinalável pertinência para o conhecimento do tecido social duriense da época. Obra de referência também no plano metodológica sobre as problemáticas do banditismo, exclusão social e marginalidade, gerados em áreas regionais afectadas por crises de índole económica de maior ou menor duração. Como tivemos já oportunidade de salientar, a área das ciências humanas e da História em particular, passou a dispor de mais um instrumento operativo que resolve algumas questões e deixa pertinentes perguntas sem resposta que representam estimulante convite a novos desafios de aprofundamento de investigação nesta área.

Importa ainda referir que o curso da investigação fundamental para esta época, foi coberto pelo projecto: “O Douro Contemporâneo – sociedade, economia e Instituições” financiado pela FCT, já concluído, cujos principais resultados plasmaram no livro “O Douro Contemporâneo” editado em 2007.

É certo que aqui também muito se realizou e estamos certos de que se mais não se avançou, isso se deve ao empenhamento de Gaspar Martins Pereira na empresa difícil de erigir o Museu do Douro. Tal tarefa não lhe deixou tempo para mais. Apesar disso, porque é conhecido, multifacetado e apreciado o legado bibliográfico deste autor, dispenso-me naturalmente de aqui o comentar.

Também neste período cronológico, há ainda muito caminho para percorrer. Não vimos ainda esboçar estudos sobre o impacto da filoxera e do ódio nas áreas pro-



ativas, sobre as culturas de substituição da vinha então ensaiadas, nomeadamente o tabaco (apesar do ensaio de Eduardo Cordeiro Gonçalves) actual coordenador da equipa de História Contemporânea do GEHVID, como não vimos projectos de estudo e caracterização da vida social no Douro do século XX, se exceptuarmos os que decorrem da oposição dos sindicatos de lavradores às medidas do poder central.

Os projectos de História Oral que se vão desenhando através dos trabalhos de Ângela Campos, estamos certos, permitirão estudar mais profundamente assuntos que têm sido aflorados por outros investigadores do GEHVID como Natália Frauvelle. É que, não vimos ainda tratados assuntos como por exemplo o da vindima duriense. Torna-se urgente fazer recolhas sobre a azáfama com que se preparava o corte das uvas: nomeadamente a preparação do vasilhame com o recurso ao trabalho da tanoaria e da cestaria, artes importantes na região – no último caso, saber do papel destes homens na difusão e preservação de métodos antigos das suas artes, dos materiais e ferramentas que usaram, de como eram contratados, do impacto do aparecimento de novos tipos de vasilhame na sua actividade, etc. etc. Saber da afã na preparação dos armazéns; dos lagares; dos sinchos; do afinar das prensas; mas também das compras do bacalhau, da sardinha; inventariar a ementa das vindimas; fixar em texto os horários das jornas e das refeições; conhecer as diferenças de todos estes procedimentos – nas casas grandes ou na grande quinta e no pequeno minifúndio que caracteriza o Baixo-Corgo e o Cima-Corgo;

Faltam também estudos sobre as rogas – a documentação das quintas certamente falará delas – se não falarem os documentos falarão as gentes: Saber quem vinha de fora e de onde, quais as zonas que forneciam essa mão-de-obra tão necessária às vindimas; Que processos de contratação se usaram; quanto se lhes pagava; Em que condições eram recebidas essas gentes – sabemos do colmo para dormirem em instalações que não diferiam muito de estábulos – mas também temos notícia de alojamentos mais condignos; quem alojava melhor? Os pequenos ou os grandes proprietários? Como evoluiu esta realidade tão duriense? Sabemos dos rituais que é possível ver no comportamento das rogas, mas que sociabilidades proporcionavam? Que revoltas suscitaram? Os cardanheiros foram sempre gente alegre? Que dizer das cantigas que entoaram? Estamos convictos que é possível através da História Oral fixar algumas das quadras que entoaram quando entregavam o ramo ao vinhateiro assinalando o fim da empresa. E estes ramos? De que eram feitos? Que simbolizava cada um dos elementos que os compunha? E do ritual da pausa? Quem participava? – é possível detectar a presença do género feminino? A partir de quando e porquê? Que se bebia e comia nas noites longas da lagarada?

E dos carreiros do Douro, do seu importante papel nos transporte de vinhos entre os armazéns e as margens do rio, que se sabe? Que peso tinha a sua actividade no custo

final do produto? Como eram contratados? Sabemos tratar-se de trabalho sazonal, na parte restante do ano que actividades desempenharam? Eram pequenos proprietários ou não? Os documentos dos arquivos de quintas ou outros, também falarão deles.

### **Outras áreas de estudo**

O GEHVID, assumiu-se sempre como um grupo interdisciplinar. De resto, exige-o a realidade complexa que estuda, por isso, acolheu no seu seio áreas cujo interesse é manifesto para a concretização dos seus objectivos. Lembro os trabalhos do Prof. Henrique Gomes de Araújo *sobre A Casa Ferreira – a construção antropológica do sucessor*, ou mais recentemente o projecto que desenvolve na área da Diplomacia e Viticultura sobre o papel do Conselheiro Wenceslau de Lima cuja biografia prepara conjuntamente com o Prof. Rui Ramos.

Nas vertentes do património vernacular e do turismo cultural na região, as propostas de trabalho da Professora Arquitecta Eunice Salavessa que há vários anos se juntou ao GEHVID, prometem cobrir importantes vertentes de investigação onde muito pouco está feito, para além da produção panfletária de índole turística que se distribui a esmo nos postos municipais. Ela é importante, mas o fomento de uma indústria turística de alta qualidade no Douro Vinhateiro – Património da Humanidade, requer muito mais. De resto, a actividade turística, afirma-se já hoje como a componente económica mais importante para a região a seguir à actividade agrícola. Uma unidade de Investigação & Desenvolvimento como o GEHVID que integra massa crítica das duas universidades que interagem com o Douro, não pode ficar indiferente a isso. Aqui, temos um campo de transição quase directa da investigação fundamental a aplicada.

### **A terminar**

Apesar de colectivamente o GEHVID se ter arrojado à empresa de publicar uma História do Douro, esta tem ainda muitas páginas em branco que um grupo de investigação como este deve continuar a escrever, alargando-se e enriquecendo-se com novos elementos com vontade de lançar mãos à obra de continuar aquilo que, pelos resultados já obtidos, nos atrevemos a classificar como a primeira unidade de investigação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto a produzir trabalho de grupo. A fazer aquilo que o GEHVID deve continuar a fazer se possível ainda melhor – estudos integrados de História regional – que permitam apresentar um saber sustentado numa investigação fundamental de qualidade que vá incorporando alunos de mestrado e de doutoramento a quem sejam propostos temas em aberto para preencherem as lacunas que a História encontrará sempre no seu incessante percurso em busca da vida dos homens no tempo.